



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO PARANÁ
Pç. Nossa Senhora da Salete - Bairro Centro Cívico - CEP 80530-912 - Curitiba - PR - www.tjpr.jus.br

TERMO DE REFERÊNCIA Nº 12465079 - SG-SI-CPC-DBENS

SEI!TJPR Nº 0069652-57.2025.8.16.6000
SEI!DOC Nº 12465079

TERMO DE REFERÊNCIA – PREGÃO ELETRÔNICO

CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS

SEI! Nº 0069652-57.2025.8.16.6000

1. DO OBJETO

- 1.1.** Contratação de fornecimento e aplicação de doses de vacina, na apresentação tetravalente, contra a gripe em seringa preenchida, contendo 0,5ml de suspensão de vírus influenza inativados, com proteção para quatro cepas de vírus mais circulantes conforme recomendação da OMS, conforme descrito neste documento e apêndices.
- 1.2.** A descrição detalhada dos serviços encontra-se disposta no Apêndice 1 deste documento.
- 1.3.** Os serviços objeto desta contratação possuem qualidade comum, não superior à necessária para cumprir as finalidades às quais se destinam, não sendo considerados bem de luxo.
- 1.3.1.** Os serviços objeto desta contratação são não contínuos ou contratados por escopo, impondo ao contratado o dever de realizar a prestação de um serviço específico em período predeterminado, podendo ser prorrogado, desde que justificadamente, pelo prazo necessário à conclusão do objeto.

2. DA JUSTIFICATIVA

- 2.1.** A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares (ETP) desta contratação.
- 2.1.1.** De modo complementar ao contido no ETP, informa-se que, conforme contido na Manifestação SEI! nº 12360715, foram constados os seguintes quantitativos de afastamento por doenças respiratórias correlatas: 597 casos em 2023, 680 casos em 2024 e 482 casos em 2025 (até 24/10/2025)
- 2.2.** O mapa de consumo com os registros das quantidades contratadas nos anos anteriores encontra-se nos Estudos Técnicos Preliminares referente a esta contratação.
- 2.3.** O objeto desta contratação encontra-se registrado no Plano Anual de Contratações 2026 deste Tribunal sob o código SEINFRA.2026.0049.0035.

3. DAS CONDIÇÕES GERAIS PARA A CONTRATAÇÃO E DO REGIME PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

- 3.1.** A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada nos Estudos Técnicos Preliminares desta contratação.
- 3.2.** Havendo contradições entre a descrição dos bens constante no Apêndice 1 e aquela proposta pelo código do CATSER, deve prevalecer a descrição do Apêndice 1.

Formalização da contratação

- 3.3.** As obrigações decorrentes desta contratação a serem firmadas entre o Tribunal de Justiça e a empresa vencedora serão formalizadas através de contrato, observando-se as condições estabelecidas neste Termo de Referência, da legislação vigente e da proposta apresentada.

- 3.3.1.** A empresa vencedora do certame será regularmente convocada para assinar o contrato ou receber/retirar instrumento equivalente, dentro do prazo de 05 (cinco) dias úteis, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das penalidades previstas em lei, neste termo, no instrumento convocatório e no contrato.
- 3.3.1.1.** O prazo da convocação poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, quando solicitado durante o seu transcurso pela parte e desde que ocorra motivo justificado aceito pelo Tribunal de Justiça.
- 3.3.2.** A recusa injustificada da empresa vencedora em assinar o contrato ou receber/retirar instrumento equivalente, dentro do prazo estabelecido neste Termo de Referência, caracteriza o descumprimento total da obrigação assumida, sujeitando-se às penalidades legalmente estabelecidas.
- 3.3.3.** A empresa vencedora e/ou a empresa remanescente, se convocada, deverá comprovar as mesmas condições de habilitação consignadas no edital convocatório, como condição para celebração do contrato.
- 3.4.** A assinatura de contratos e termos eletrônicos pode ser realizada também por meio eletrônico, nos termos do Decreto Judiciário nº 269/22 deste Tribunal de Justiça.
- 3.5.** O prazo de vigência da contratação é de **12 (doze) meses** contados da data da última assinatura das partes, na forma do artigo 105 da Lei Federal 14.133/2021.
- 3.5.1.** O prazo de vigência da contratação se iniciará com a assinatura de todas as partes e corresponderá ao tempo de cumprimento dos serviços contratados.
- 3.5.2.** O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, conforme art. 111, da Lei Federal 14.133/2021, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do contratado, previstas neste instrumento e no contrato.

Dos critérios de reajuste

- 3.6.** Os preços inicialmente contratados são fixos e irreajustáveis no prazo de 12 (doze) meses contados da data do orçamento estimado, observadas as disposições previstas no contrato.
- 3.7.** Após o interregno de um ano e desde que haja requerimento da Contratada, o preço inicialmente contratado poderá ser reajustado mediante prévia negociação entre as partes, observados os preços praticados no mercado, tendo como limite máximo a variação do IPCA, ou outro índice que venha a substituí-lo, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.
- 3.8.** Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.
- 3.9.** A prorrogação do contrato sem a solicitação de reajuste implicará preclusão do direito ao reajuste.
- 3.10.** Também haverá a preclusão do direito ao reajuste se o pedido for formulado depois de extinto o contrato
- 3.11.** Caso ocorra preclusão do direito do reajuste pretérito, a data-base para o cálculo dos futuros reajustes será sempre a data do orçamento estimado.
- 3.12.** É vedada a aplicação cumulativa de índices relativos aos períodos em que tenham ocorrido a preclusão.

Sustentabilidade

- 3.13.** A contratada deverá atender os seguintes requisitos de sustentabilidade:
- 3.13.1.** Adotar todas as medidas necessárias relacionadas ao manejo adequado dos resíduos, incluindo segregação, acondicionamento (pré e pós-tratamento), identificação, transporte interno, armazenamento temporário, destinação final e garantia da segurança ocupacional dos profissionais envolvidos nos processos de higienização, coleta, transporte, tratamento e armazenamento dos resíduos gerados, conforme disposto no art. 31 da Resolução SESA/PR nº 956/2018.
- 3.13.2.** Gerenciar os serviços de saúde em conformidade com a RDC 222, de 28/03/2018, da ANVISA e Resolução CONAMA nº 358, de 29/04/2005, normas aplicáveis aos geradores de serviços de saúde.
- 3.13.3.** Fornecer Equipamentos de Proteção Individual (EPIs) adequados aos empregados, conforme execução dos serviços;
- 3.13.4.** Realizar a separação dos resíduos recicláveis descartados durante a prestação dos serviços, promovendo a destinação ambientalmente adequada;
- 3.13.5.** Observar às Normas Técnicas Brasileiras (NBR) publicadas pela ABNT relativas ao gerenciamento de resíduos

sólidos.

Subcontratação, alteração subjetiva, cooperativa e consórcio

- 3.14.** É vedada a participação de cooperativas e empresas reunidas em consórcio, tendo em vista que não se trata de objeto complexo, vultuoso, nem exige alta capacidade técnica ou econômico-financeira das licitantes. Ademais, as empresas atuantes no mercado têm, sozinhas, condições de fornecer o objeto da contratação e de suprir os requisitos do Termo de Referência, concorrendo entre si. Portanto, entende-se tal medida não importará em prejuízos à competitividade do certame.
- 3.15.** É admissível a fusão, cisão ou incorporação da Contratada com/em outra pessoa jurídica, desde que sejam observados pela nova pessoa jurídica todos os requisitos de habilitação exigidos na contratação original; sejam mantidas as demais cláusulas e condições do Termo de Referência; não haja prejuízo à execução do objeto pactuado e haja a anuência expressa da Administração à continuidade à contratação.
- 3.16.** Não será admitida a transferência, a subcontratação ou cessão total ou parcial, a qualquer título, os direitos e obrigações decorrentes desta contratação.

Garantia da contratação

- 3.17.** Não haverá exigência da garantia da contratação, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

Visita técnica

- 3.18.** Não há obrigatoriedade de visita técnica para a contratação.

4. DA JUSTIFICATIVA PARA O PARCELAMENTO

- 4.1.** O objeto está dividido em itens avulsos, conforme exigência legal e justificativas pormenorizadas no Estudo Técnico Preliminar, de modo a garantir maior competitividade entre as concorrentes.

Participação de microempresas (ME) e empresas de pequeno porte (EPP)

- 4.2.** No apêndice 1 deste Termo de Referência estão indicados quais são os itens para participação geral, os exclusivos para ME/EPP e os espelhos.
- 4.3.** Verifica-se, desde já, a inaplicabilidade da reserva de até 25% das unidades dos itens 1, 3 e 4 para Microempresas (ME) e Empresas de Pequeno Porte (EPP), em razão da inviabilidade de gestão, no caso concreto, quanto à distribuição das doses nas diversas comarcas, conforme observado nas contratações anteriores e no Estudo Técnico Preliminar.

5. DA FORMA E CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Critério de seleção

- 5.1.** A modalidade de licitação sugerida para seleção do fornecedor é o pregão eletrônico, com adoção do critério de julgamento pelo **menor preço e modo de disputa aberto**. A conjugação desses fatores é apta para gerar o resultado mais vantajoso a Administração.
- 5.2.** A apresentação de proposta implicará na **obrigatoriedade de informar um e-mail válido e acessá-lo diariamente**, exceto nos dias que não forem úteis, para as comunicações que se fizerem necessárias, inclusive para envio da nota de empenho.
- 5.3.** Os preços deverão refletir o preço CIF de mercado do objeto, devendo-se incluir, nos preços cotados, todas as despesas que incidirem sobre eles, tais como, mão-de-obra, seguro, impostos, taxas, fretes, etc., com as vacinas devidamente aplicadas em todas as comarcas mencionadas nas regionais adjudicadas.
- 5.4.** Nos termos do Convênio ICMS n.º 26/2003 – CONFAZ, quando se tratar de operação interna, as licitantes beneficiadas com a respectiva isenção fiscal devem apresentar as suas propostas e lances de preços com o valor líquido, ou seja, sem a carga tributária do ICMS.

Valor máximo da contratação

- 5.5.** O custo estimado total da contratação é de R\$ 549.575,00 (quinhentos e quarenta e nove mil quinhentos e setenta e cinco reais), conforme custos unitários apostos na tabela disposta no Apêndice 3 deste Termo e constará no edital da licitação, uma vez que não há motivo para que o orçamento seja sigiloso

Habilitação jurídica

5.6. Além da documentação para habilitação jurídica prevista no edital, exige-se para a presente contratação :

- 5.6.1.** Certificado de Licença Sanitária dentro do prazo de validade expresso ou de 01 (um) ano, se omissos, nos termos do art. 17, §2º da Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 197 de 2017.
- 5.6.2.** Comprovação de autorização da empresa para vacinação fora do local de suas atividades (vacinação extramuros), nos termos do art. 17, §2º da Resolução da Diretoria Colegiada Anvisa nº 197 de 2017 e do art. 8º da Resolução SESA/PR nº 956/2018, junto ao órgão local da vigilância sanitária.

Qualificação Econômico-Financeira

5.7. As exigências para qualificação econômico-financeira estão indicadas no Edital da licitação, devidamente previstas e justificadas no processo, nos termos do inc. IX do art. 18 da Lei 14.133/21.

Qualificação Técnica

5.8. Serão exigidos os seguintes documentos para qualificação técnica:

5.8.1. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior com o objeto desta contratação, ou com o item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

5.8.1.1. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:

- a)** Prazo contratual, data de início e término do contrato;
- b)** Local de fornecimento, à época;
- c)** Natureza do fornecimento;
- d)** Caracterização de bom desempenho do licitante, sem ressalvas desabonadoras quanto ao fornecimento;
- e)** Identificação da pessoa jurídica emitente bem como nome, telefone e o cargo do signatário;
- f)** Outros dados característicos se houver.

5.8.1.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

5.8.1.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.

5.8.1.4. Os atestados devem observar as quantidades mínimas de até 50% (cinquenta por cento) do quantitativo total para o item cotado.

5.8.1.4.1. Será admitida, para fins de comprovação de quantitativo mínimo, a apresentação e o somatório de diferentes atestados executados de forma concomitante.

5.9. A qualificação técnica para o objeto é pertinente pelas justificativas indicadas no ETP.

6. DO MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Comunicação entre as partes

6.1. A comunicação entre as partes ocorrerá preferencialmente por e-mail sempre que o ato exigir tal formalidade, sendo utilizado o e-mail informado pela Contratada quando do envio da proposta para esse fim.

6.2. A Contratada deverá se cadastrar no sistema SEI, através do Link: <https://sei.tjpr.jus.br/externo>, com o mesmo e-mail informado por força do item anterior, para receber notificações, bem como para ciência de demais atos necessários.

Condições de execução

6.3. A empresa contratada deverá, em até 05 (cinco) dias úteis da assinatura do contrato, agendar junto à Unidade

Fiscal, no e-mail dpps@tjpr.jus.br, as datas para execução da aplicação do gesto vacinal em todas as Comarcas pertencentes à Regional adjudicada, indicadas no Apêndice 2.

- 6.3.1.** Prazo para apresentação da Autorização para a realização da campanha de vacinação pela da autoridade sanitária competente: até 07 (sete) dias úteis contados a partir da aprovação do cronograma pela Unidade Fiscal.
- 6.3.2.** Prazo para início da primeira etapa de vacinação: até 02 (dois) dias úteis após a apresentação da Autorização da Autoridade Sanitária competente.
- 6.3.3.** Prazo para término da primeira etapa de vacinação: até 20 (vinte) dias corridos após o início da etapa, salvo se prazo menor tenha sido acordado entre as partes.
- 6.4.** Em Curitiba, a vacinação deverá ser fracionada em etapas, com intervalos a serem acordados entre o fornecedor e a Unidade Fiscal, nos horários das 10:00 (dez) às 18:00 (dezoito) horas, observando-se os prazos estabelecidos.
- 6.4.1.** A aplicação nos magistrados, servidores, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários de Curitiba será realizada através de agendamento prévio feito pelo Centro de Atenção à Saúde em agenda eletrônica disponível na intranet.
- 6.5.** Nas demais comarcas, a vacinação poderá ser fracionada em etapas, com intervalos a serem acordados entre o fornecedor e a Contratante, nos horários das 08:00 (dez) às 19:00 (dezenove) horas, observando-se os prazos estabelecidos.
- 6.5.1.** Exceto na regional de Curitiba, a Direção de cada Fórum ficará responsável pela organização da Campanha de Vacinação, disponibilização de um espaço para aplicação, pela disponibilização da lista contendo os nomes e matrículas dos servidores, magistrados, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários da Comarca. Ao final da campanha, essa lista com os nomes e as matrículas, devidamente assinada pelos servidores, magistrados, comissionados, voluntários, requisitados externos, PSS e estagiários que receberam as vacinas, será posteriormente anexada ao processo juntamente com a Ordem de Serviço assinada pelo servidor responsável.
- 6.6.** Eventual pedido de prorrogação do prazo de execução dos serviços deverá ser formulado pela Contratada por meio do endereço eletrônico <https://www.tjpr.jus.br/protocolo-admin> (opção “contratados”) ou encaminhado, via e-mail, para sei@tjpr.jus.br, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas antes do término do prazo estabelecido, contendo cópia da nota de empenho, descrição dos motivos do descumprimento do prazo – e indicação do novo prazo necessário ao atendimento –, devidamente comprovada por meio de documentos hábeis. O pedido de prorrogação do mencionado prazo, após regular processamento, será submetido à Autoridade Competente para decisão (deferimento/indeferimento), sendo comunicada a Requerente.
- 6.7.** A empresa deverá deslocar-se aos endereços indicados para a aplicação das doses nas comarcas da Regional em que for contratada para realizar o serviço. Os custos e responsabilidade quanto ao deslocamento competem à contratada e deverão estar embutidos no preço ofertado.
- 6.8.** Os empregados da contratada, responsáveis pela aplicação das vacinas, deverão estar devidamente identificados por crachás contendo nome do funcionário, função que exerce e o nome da empresa.
- 6.9.** Quando da execução dos serviços, a Contratada deverá apresentar:
- a)** Bulas e/ou catálogos referentes aos bens de consumo, conforme normas vigentes;
 - b)** Uma planilha com o número do Registro no Ministério da Saúde de cada produto cotado e a data de validade, ou, onde couber, informar que o produto é isento de registro e sua validade;
 - c)** Registro impresso dos documentos mencionados nos itens a) e b) acima (original ou cópia autenticada)
- 6.10.** O transporte e conservação das vacinas deve ser feito dentro do preconizado, seguindo as normas vigentes de segurança e transporte, temperatura específica exigida para o produto, em veículo limpo, com cobertura protetora para a carga, de forma que mantenha a integridade do produto.
- 6.11.** A contratada deverá entregar relatório contendo a quantidade exata de doses aplicadas, bem como a identificação (nome, matrícula e lotação) do magistrado, servidor, PSS e estagiário que recebeu a dose, após a conclusão das atividades, quando da apresentação do pedido do pagamento.
- 6.12.** Não será permitido o acesso de pessoal não identificado ou em desacordo com a Instrução Normativa nº

208/2024 ou qualquer norma de conduta deste Tribunal.

6.13. O contratado deverá manter preposto aceito pela Administração para representá-lo na execução do contrato.

6.13.1. A indicação ou a manutenção do preposto da empresa poderá ser recusada pelo Tribunal, desde que devidamente justificada, devendo a empresa designar outro para o exercício da atividade.

6.14. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas vigentes, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.15. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.16. O contratante poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.17. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o contratante poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

Materiais a serem disponibilizados

6.18. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar todos os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades necessárias à execução dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário.

Informações relevantes para o dimensionamento da proposta

6.19. A composição da vacina antigripal 2026 deverá seguir a recomendação da OMS: A/Victoria/4897/2022 (H1N1), A/Croatia/10136RV/2023 (H3N2), e B/Austria/1359417/2021 (linhagem Victoria) e a cepa B/Phuket/3073/2013 (linhagem Yamagata)

6.20. A aplicação (gesto) será realizada nos prédios do Poder Judiciário nas comarcas indicadas no neste documento e será de responsabilidade da Contratada, devendo ser executada por equipe devidamente habilitada, e ser ajustada ao número de servidores na primeira semana da campanha e aos estagiários no decorrer da segunda semana da campanha.

6.21. O gesto vacinal, de responsabilidade da Contratada, deverá ser executado por profissional devidamente habilitado para tanto em todos os locais de aplicação.

Obrigações da Contratada

6.22. São obrigações gerais da Contratada para a presente contratação aquelas previstas no art. 349 do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

6.23. Além das obrigações supramencionadas, devem ser observadas as seguintes obrigações em função da peculiaridade do objeto a ser contratado:

- a)** Apresentar profissionais qualificados e com experiência comprovada para a execução dos serviços;
- b)** Alocar uma quantidade suficiente de profissionais habilitados para que a aplicação das doses seja finalizada no dia determinado;
- c)** Realizar a aplicação das doses somente em colaboradores munidos do crachá do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná ou de declaração da chefia imediata comprovando seu vínculo com este, juntamente com documento com foto.

Obrigações do Contratante

6.24. São obrigações gerais do Contratante para a presente contratação aquelas previstas no art. 347 do Decreto Estadual nº 10.086 de 2022.

Prazo de Validade

6.25. As vacinas devem estar dentro do prazo de validade do fabricante quando de sua aplicação.

Da definição de como a contratada deverá produzir os resultados

6.26. Espera-se que a contratação produza os seguintes resultados: prover o TJPR com os serviços contratados, conforme justificativas inseridas no ETP. Tais resultados serão atingidos com a observância das regras previstas no presente termo de referência.

Da avaliação da necessidade de logística reversa.

6.27. Na presente contratação a logística reversa deve ser de responsabilidade da Contratada, que deve obedecer a todas as normas específicas vigentes para a destinação final ambientalmente adequada, inclusive para descarte de embalagens, frascos, agulhas, seringas e demais produtos utilizados.

7. DO MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

Gestão

7.1. A gestão desta contratação compete à Unidade Administrativa e servidor(es) devidamente designado(s) para o exercício da função.

7.2. Consideram-se atividades de gestão contratual aquelas dispostas no [Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná](#) e da Instrução Normativa nº 152/2023 do TJPR, dentre as quais se destacam:

- a)** monitorar o prazo de vigência dos contratos e tomar as providências cabíveis quando verificada a proximidade de seu término;
- b)** processar o pedido de pagamento, observando os prazos contratuais e os instrumentos normativos relacionados à matéria;
- c)** acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais;
- d)** agendar e participar de reuniões com a empresa contratada e o fiscal técnico sobre a data de início do contrato, prestando as orientações necessárias acerca do contrato;
- e)** realizar reuniões, quando necessárias, com as empresas contratadas, visando à adequada prestação de serviço;
- f)** comunicar as empresas sobre eventuais alterações, solicitando os documentos necessários, nos termos dispostos no contrato e na lei;
- g)** processar os pedidos de alteração contratual.

Fiscalização

7.3. A fiscalização desta contratação compete à Unidade Administrativa e servidor(es) devidamente designado(s) para o exercício da função.

7.4. A execução da contratação deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos, observando as obrigações dispostas no [Regulamento Administrativo do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná](#), na Instrução Normativa nº 152/2023 do TJPR e, subsidiariamente, no Decreto Estadual 10.086 de 2022, especialmente:

- a)** anotar, em registro, próprio todas as ocorrências relacionadas com a execução e determinar o que for necessário à regularização de falhas ou defeitos observados;
- b)** esclarecer prontamente as dúvidas administrativas e técnicas e divergências surgidas na execução do objeto contratado;
- c)** expedir, através de notificações e/ou relatório, as ocorrências e fazer as determinações e comunicações necessárias à perfeita execução dos serviços;
- d)** proceder, conforme cronograma físico-financeiro, as medições dos serviços executados e aprovar a planilha de medição emitida pela Contratada ou conforme disposto em contrato;
- e)** adotar as medidas preventivas de controle dos contratos, inclusive manifestar-se a respeito da suspensão da realização de serviços;

- f) conferir e certificar as faturas relativas aos serviços;
- g) proceder as avaliações dos serviços executados pela Contratada;
- h) determinar por todos os meios adequados a observância das normas técnicas e legais, especificações e métodos de execução dos serviços exigíveis para a perfeita execução do objeto;
- i) exigir o uso correto dos equipamentos de proteção individual e coletiva de segurança do trabalho, quando for o caso;
- j) determinar a retirada de qualquer empregado subordinado direta ou indiretamente à Contratada, inclusive empregados de eventuais subcontratadas, ou as próprias subcontratadas, que, a seu critério, comprometam o bom andamento dos serviços, quando for o caso;
- k) receber designação e manter contato com o preposto da Contratada e, se for necessário, promover reuniões periódicas ou especiais para a resolução de problemas na execução dos serviços;
- l) dar parecer técnico nos pedidos de alterações contratuais;
- m) requerer das empresas testes, exames e ensaios quando necessários, no sentido de promoção de controle de qualidade da execução dos serviços executados;
- n) realizar, na forma do art. 140 da Lei Federal nº 14.133/2021, o recebimento do objeto contratado, quando for o caso;
- o) propor à autoridade competente a abertura de procedimento administrativo para apuração de responsabilidade;
- p) atestar, em documento hábil, o fornecimento, a entrega, a prestação de serviço, após conferência prévia do objeto contratado encaminhar os documentos pertinentes ao gestor;
- q) confrontar os preços e quantidades constantes da nota fiscal com os estabelecidos no Contrato;
- r) verificar se o prazo de entrega, especificações e quantidades encontram-se de acordo com o estabelecido no instrumento contratual;
- s) informar, em prazo hábil no caso de haver necessidade de acréscimos ou supressões no objeto do Contrato ao gestor do Contrato;
- t) outras atividades compatíveis com a função.

7.5. A fiscalização não exclui nem reduz a responsabilidade da Contratada, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior, e, na ocorrência desta, não implica em corresponsabilidade da Administração ou de seus agentes.

7.6. Quaisquer exigências da fiscalização inerentes ao objeto da contratação deverão ser prontamente atendidas pela Contratada, sem ônus para o Tribunal de Justiça e nos prazos estabelecidos.

8. DO RECEBIMENTO DO OBJETO

Critérios de medição

8.1. A aferição da execução contratual para fins de medição considerará os seguintes critérios:

- a) os resultados alcançados em relação ao contratado, com a verificação dos prazos de execução e da qualidade demandada;
- b) a qualidade e quantidade dos recursos materiais utilizados;
- c) a adequação dos serviços prestados à rotina de execução estabelecida; e
- d) o cumprimento das demais obrigações decorrentes da contratação.

Condições para o recebimento

8.2. Os serviços serão recebidos provisoriamente pelo responsável pelo acompanhamento e fiscalização da contratação no ato da execução, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança, mediante termo detalhado, quando verificado o cumprimento das exigências de caráter técnico, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, conforme art. 140, inciso I, "a", da Lei Federal 14.133/2021.

- 8.3.** Os bens ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos ou refeitos pela contratada no prazo de **02 (dois) dias úteis**, a contar da sua notificação, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.
- 8.4.** O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de até 30 (trinta) dias corridos, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, por servidor ou comissão designada pela autoridade competente, mediante termo detalhado que comprove o atendimento das exigências contratuais, nos termos do art. 140, inciso I, “b”, da Lei Federal 14.133/2021.
- 8.4.1.** O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.
- 8.5.** No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.
- 8.6.** O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.
- 8.7.** O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução da contratação.

9. DAS CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

- 9.1.** A Contratada deverá solicitar pedido de pagamento através de formulário eletrônico disponível no endereço <https://portal.tjpr.jus.br/portletforms/publico/frm.do?idFormulario=4630>, anexando o requerimento de pagamento da empresa juntamente com toda a documentação indicada, acompanhado da nota fiscal/fatura emitida com o CNPJ do Contratante nº 77.821.841/0001-94, bem como **o extrato detalhado do consumo, considerando que o serviço é sob demanda.**
- 9.1.1.** A emissão da nota fiscal/fatura é de total responsabilidade da Contratada e deverá observar a legislação aplicável, inclusive a Instrução Normativa nº 152/2023 do TJPR, que versa sobre os procedimentos operacionais a serem observados para atestação, processamento e pagamento de despesas realizadas pelo Poder Judiciário do Estado do Paraná (<https://www.tjpr.jus.br/legislacao-atos-normativos/-/atos/documento/4681608>).
- 9.1.2.** As notas fiscais ou faturas a serem emitidas para o Tribunal de Justiça do Paraná deverão observar as regras relativas ao destaque do imposto de renda incidente na fonte – IRRF de acordo com as normas e alíquotas constantes do anexo I da Instrução Normativa RFB 1.234/2012. Os documentos de cobrança que estejam em desacordo com o estipulado neste item não serão aceitos para fins de liquidação e pagamento da despesa e serão devolvidos para os devidos ajustes.
- 9.2.** O pagamento do objeto da contratação será calculado considerando-se a quantidade de doses efetivamente aplicadas, comprovada por meio de relatório contendo a quantidade exata de doses aplicadas, com a identificação (nome, matrícula) do colaborador ou colaboradora que a recebeu, a partir da seguinte fórmula, aplicável a cada item adjudicado em favor da contratada:
- $$\text{Valor} = \text{Quantidade (unidades)} \times \text{Respectivo Preço Unitário}$$
- 9.2.1.** Ressalta-se que o pagamento será realizado no valor apurado de acordo com a fórmula acima, não ficando obrigado o Contratante a efetuar o pagamento do quantitativo total previsto.
- 9.3.** O Tribunal de Justiça efetuará o respectivo pagamento pelos valores constantes na nota de empenho em até 30 (trinta) dias após a data do aceite da Nota Fiscal.
- 9.3.1.** Ocorrendo necessidade de substituição dos materiais, o prazo fixado no item anterior ficará interrompido e iniciará novamente após a Contratada ter efetuado a devida substituição do produto, que será submetido à avaliação e aprovação do setor competente.
- 9.4.** Para liberação do pagamento, caso a Contratada não esteja cadastrada no SICAF ou se sua documentação cadastrada esteja desatualizada no referido sistema, deverá ser apresentada juntamente com a respectiva nota fiscal/fatura:

- a) prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas (CNPJ) do Ministério da Fazenda (comprovante emitido pela Receita Federal ou Certificado de Registro Cadastral – CRC, emitido pelo SICAF);
- b) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Municipal do domicílio ou sede da arrematante;
- c) prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Estadual do domicílio ou sede da arrematante;
- d) prova de regularidade com a Fazenda Nacional, mediante a apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (SRFB);
- e) prova de regularidade perante o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço - FGTS, fornecido pela Caixa Econômica Federal – CEF;
- f) prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho.

9.5. Os documentos elencados no item supra deverão estar dentro do prazo de validade.

9.6. De conformidade com a legislação, o Contratante efetuará a retenção da tributação pertinente, exceto quanto aos tributos PIS, COFINS e CSLL (IN 01/2019-DTE/SEFA).

9.7. Para fins de liberação do pagamento a Administração efetuará consulta ao Cadastro Informativo Estadual – Cadin Estadual, as pessoas físicas e jurídicas com registro no Cadin Estadual estarão impedidas de receber pagamentos referentes à contratação.

9.8. Caso a Contratada esteja enquadrada nos ditames do Decreto Estadual nº 1.261/03 e Convênio ICMS nº 26/03, aprovado pelo CONFAZ – Conselho Nacional de Política Fazendária, a Nota Fiscal a ser emitida por ela deverá discriminar expressamente o valor do desconto referente ao imposto dispensado, bem como indicação expressa do valor líquido a ser pago pelo Tribunal de Justiça, isto é, sem a incidência do valor relativo ao ICMS da transação comercial realizada.

9.9. No caso de ser constatada irregularidade na documentação apresentada, o Tribunal de Justiça devolverá a fatura à Contratada para as devidas correções. Ocorrendo a devolução da fatura, considerar-se-á como não apresentada para efeito de pagamento, iniciando o prazo de até 30 (trinta) dias acrescidos de 05 (cinco) dias úteis, a partir do protocolo de entrega da documentação regularizada.

9.10. Nenhum pagamento será efetuado à Contratada enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe tenha sido imposta, em virtude de penalidade ou inadimplência, podendo o Contratante deduzir do montante a pagar os valores correspondentes à multa e indenizações devidas à Contratada, que foram constituídas após procedimento administrativo que lhe tenha sido assegurados ampla defesa e contraditório.

9.11. Ocorrendo atraso injustificado no pagamento, o Tribunal de Justiça, se provocado, arcará com a correção do valor em atraso, estipulado com base IPCA – Índice de Preços ao Consumidor Amplo, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, calculada pro rata para o período compreendido entre o término do prazo e a efetiva quitação do débito.

10. DAS PENALIDADES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

10.1. A empresa contratada fica sujeita às sanções previstas no Edital, bem como às dispostas no instrumento contratual.

11. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1. Os prazos previstos neste Termo de Referência serão contados com exclusão do dia do começo e inclusão do dia do vencimento e observarão as seguintes disposições:

- a) Os prazos expressos em dias corridos serão computados de modo contínuo;
- b) Os prazos expressos em meses ou anos serão computados de data a data;
- c) Nos prazos expressos em dias úteis, serão computados somente os dias em que ocorrer expediente administrativo no órgão ou entidade competente.

11.1.1. Só iniciam e vencem os prazos indicados neste Termo de Referência em dia de expediente na Secretaria do Tribunal de Justiça do Estado do Paraná.

11.2. Toda documentação apresentada deverá estar dentro do prazo de validade estabelecido pelo órgão expedidor.

Documentos expedidos por órgãos oficiais, omissos quanto ao prazo de validade, serão aceitos por 90 (noventa) dias a partir da sua expedição.

11.3. Como o ETP se trata de documento elaborado em fase preliminar, podem ocorrer alterações ao longo do processamento da fase interna da contratação. Assim, quaisquer informações conflitantes entre o ETP e o presente Termo de Referência, prevalecem as constantes neste documento.

12. DA ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

12.1. A despesa decorrente da contratação está adequada e compatível com a lei de diretrizes orçamentárias e com o plano plurianual, conforme verificado pela Secretaria de Finanças deste Tribunal referente ao exercício de 2026.

APÊNDICE 1 - ESPECIFICAÇÕES

ITENS AVULSOS					
Item	Quantidade máxima prevista	CATSER	Unidade de medida	Especificações	Participação
01	3.300	25364	Unidade (dose)	Doses de Vacina Antigripal – Curitiba Gesto vacinal incluso Aplicação na cidade de Curitiba/PR	PARTICIPAÇÃO GERAL
02	400	25364	Unidade (dose)	Doses de Vacina antigripal – Regional Leste (exceto Curitiba) Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Leste, conforme Apêndice 2	EXCLUSIVO ME/EPP
03	1.000	25364	Unidade (dose)	Doses de Vacina antigripal – Regional Centro-Oeste Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Centro-Oeste, conforme Apêndice 2	PARTICIPAÇÃO GERAL
04	1.475	25364	Unidade (dose)	Doses de Vacina antigripal – Regional Norte Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Norte, conforme Apêndice 2	PARTICIPAÇÃO GERAL
05	400	25364	Unidade (dose)	Doses de Vacina antigripal – Regional Leste (exceto Curitiba) Gesto vacinal incluso Aplicação em cada uma das comarcas listadas da Regional Leste, conforme Apêndice 2	ITEM ESPELHO

O item espelho (item 5) somente será adjudicado caso o item 2 reste deserto ou frustrado.

*A Contratada deverá realizar o gesto vacinal em cada uma das comarcas da Regional adjudicada, conforme indicado no Apêndice 2.

1. A composição da vacina antigripal 2026 deverá seguir a recomendação da OMS: A/Victoria/4897/2022 (H1N1), A/Croatia/10136RV/2023 (H3N2), e B/Austria/1359417/2021 (linhagem Victoria) e a cepa B/Phuket/3073/2013 (linhagem Yamagata)

2. A aplicação (gesto) será realizada nos prédios do Poder Judiciário nas comarcas indicadas no neste documento e será de responsabilidade da Contratada, devendo ser executada por equipe devidamente habilitada, e ser ajustada ao número de servidores na primeira semana da campanha e aos estagiários no decorrer da segunda semana da campanha.

3. O gesto vacinal, de responsabilidade da Contratada, deverá ser executado por profissional devidamente habilitado para tanto em todos os locais de aplicação.

APÊNDICE 2 – LISTA DAS COMARCAS QUE COMPÕE CADA REGIONAL

*A quantidade mencionada por **comarca** é meramente estimativa, realizada a partir de pesquisa de intenção de vacinação,

de forma que o **quantitativo estimado para a regional poderá ser distribuído conforme demanda para cada comarca**, obedecendo à quantidade total máxima adjudicada por **regional**.

Item 1 - Regional Curitiba

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Curitiba	3300	R. Ernani Santiago de Oliveira, 99 - Centro Cívico (Centro de Atenção à Saúde)

Itens 2 e 5 - Comarcas que compõem a Regional Leste (Exceto Curitiba)

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Paranaguá	46	R. Comendador Correia Júnior, 662 - João Gualberto, Paranaguá - PR, 83203-560
Irati	42	R. Pacífico Borges, 120 - Irati, PR, 84500-000
Ponta Grossa	237	R. Leopoldo Guimaraes da Cunha, 590 – Vila Estrela - Ponta Grossa, 84035-900.
União da Vitória	75	R. Mal. Floriano, 314 - Centro, União da Vitória - PR, 84600-901

Item 3 - Comarcas que compõem a Regional Centro-Oeste.

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Guarapuava	164	Av. Manoel Ribas, 500 - Conradinho, Guarapuava - PR, 85070-180
Ivaiporã	33	Av. Itália, 20 - Ivaiporã, PR, 86870-000
Prudentópolis	43	Praça Coronel José Durski, 144 - Centro, Prudentópolis - PR, 84400-000
Francisco Beltrão	70	R. Ten. Camargo, 2112 - Centro, Francisco Beltrão - PR, 85601-610
Pato Branco	56	R. Maria Bueno, 284 - Sambugaro, Pato Branco - PR, 85501-560
Santo Antônio da Platina	40	Av. Oliveira Motta, 745 - Santo Antônio da Platina, PR, 86430-000
Foz do Iguaçu	153	Av. Pedro Basso, 1001 - Região Central, Foz do Iguaçu - PR, 85863-756
Medianeira	49	Av. Pedro Soccol, 1630 - Centro, Medianeira - PR, 85884-000
Cascavel	216	Av. Tancredo Neves, 2320 - Alto Alegre, Cascavel - PR, 85805-036.
Marechal Candido Rondon	64	R. Paraíba, 541 CEP 85960-000
Toledo	112	R. Alm. Barroso, 3222 - Centro, Toledo - PR, 85900-020

Item 4 - Comarcas que compõem a Regional Norte

Comarca	Quantidade estimada por comarca*	Endereço
Cianorte	53	Tv. Itororó, 300 - Zona 1, Cianorte - PR, 87200-000
Umuarama	118	R. Des. Antonio Franco Ferreira da Costa, 3693 - Zona I, Umuarama - PR, 87503-200.
Campo Mourão	90	Av. José C de Oliveira, 2065 - Centro, Campo Mourão - PR, 87300-020
Maringá	370	Av. Tiradentes, 380 - Centro, Maringá - PR, 87013-260

Paranavaí	86	Av. Paraná, 1565 - Jardim America, Paranavaí - PR, 87705-190
Apucarana	56	Tv. João Gurgel de Macedo, 100 - Centro, Apucarana - PR, 86800-710
Arapongas	46	R. Ibis, 888 - Centro, Arapongas - PR, 86701-270
Assaí	46	R. Bolívia - Centro, Assaí - PR, 86220-000
Cornélio Procópio	39	Fórum de Cornélio Procópio - R. Santos Dumont, 903 - Cornélio Procópio, PR, 86300-000
Londrina	452	Av. Duque de Caxias, 689 - Leonor, Londrina - PR, 86071-280
Bandeirantes	46	Av. Edelina Meneghel Rando, 425 - Bandeirantes, PR, 86360-000
Jacarezinho	73	Rua Wanda Quintanilha, 268 - Centro, Jacarezinho - PR, 86400-000.

APÊNDICE 3 – TABELA DE PREÇOS

Documento SEI! nº **12453986**

O documento está disponível para download nos sites: www.tjpr.jus.br/editais e www.gov4br/compras.

APÊNDICE 4 – ETP

Documento SEI! nº **12370888**

O documento está disponível para download nos sites: www.tjpr.jus.br/editais e www.gov.br/compras.



Documento assinado eletronicamente por **DEISY CRISTINA MARTINS MACIANO, Chefe da Divisão de Prevenção e Promoção à Saúde**, em 28/11/2025, às 16:43, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **FABIO AUGUSTO ROSSETTI SOARES, Técnico Judiciário**, em 28/11/2025, às 16:50, conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <https://sei.tjpr.jus.br/validar> informando o código verificador **12465079** e o código CRC **5BDABB32**.